

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo da ciências sociais aplicadas
1 [recurso eletrônico] / Organizador Carlos Antonio de Souza
Moraes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-945-5

DOI 10.22533/at.ed.455202101

1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.
I. Moraes, Carlos Antonio de Souza.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Obra “Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Sociais Aplicadas” objetiva promover o debate científico através de problematizações totalizando 50 capítulos. De forma geral, a obra tem, predominantemente como linha condutora, o tema da desigualdade social e das políticas públicas. A desigualdade abordada, em alguns capítulos, a partir do debate em espaços urbanos e rurais, problematizando nestes espaços, a participação de sujeitos sociais, com destaque para as mulheres, assistentes sociais, profissionais de educação, estudantes, trabalhadores rurais, homossexuais, imigrantes, dentre outros. Tais estudos foram desenvolvidos em instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil, que apresentam análises pautadas em relevância acadêmica e impacto social, possibilitando-nos sua categorização em 2 volumes e 10 blocos, a saber:

O primeiro bloco do volume 1, compreendido entre o capítulo 01 e 09, problematiza a desigualdade social, as migrações contemporâneas e as políticas públicas; o segundo, organizado entre os capítulos 10 e 14 aborda temas vinculados ao trabalho precário, suas implicações para a saúde dos trabalhadores, além do exercício profissional de assistentes sociais em hospital. Posteriormente, o bloco 03, problematiza, entre os capítulos 15 e 19, a violência obstétrica, sexual, psicológica e física sofrida por mulheres, bem como, aborda, a qualidade de vida de estomizados. O bloco 04 discute, entre os capítulos 20 e 23, a gestão estratégica e o diagnóstico organizacional centrados no reconhecimento institucional, na eficiência administrativa e no capital psicológico.

O bloco 05 do volume 2, compreendido entre os capítulos 01 e 12 apresenta significativas contribuições sobre o debate da cidade, do planejamento urbano, da mobilidade urbana e da segurança pública. O bloco 06 aborda, entre os capítulos 13 e 16, o rural, as práticas e a produção agrícola. O bloco 07, compreendido entre os capítulos 17 e 18, discute a agroindústria e o agronegócio da avicultura; O bloco 08, problematiza entre os capítulos 19 e 23, elementos vinculados a educação básica, ao ensino médio, técnico e superior. Posteriormente, o bloco 09 apresenta, entre os capítulos 24 a 26, estudos que mediam o debate da educação com a cultura, além daqueles relacionados à arte, a diplomacia midiática e o jornalismo internacional; Por fim, o bloco 10, organizado no capítulo 27, recorre a sociologia da arte, para reconstruir a trajetória de juventude do poeta e intelectual, Ferreira Gullar.

Para construção dos capítulos, metodologicamente, os autores recorreram a pesquisas bibliográficas, empíricas, estudos de caso, dentre outros, a fim de contribuir para descortinar aparências e fundamentar o conhecimento de todos aqueles que se interessam pelos temas ora apresentados.

Por fim, o livro que o leitor tem em mãos, merece sua leitura atenta e cuidadosa,

capaz de germinar novas perguntas de pesquisa e contribuir para construção de novos tempos, por meio do enfrentamento da desigualdade social e do fortalecimento da democracia, da justiça social, dos direitos humanos, da política pública e do empenho no enfrentamento da violência e da discriminação, temas abordados ao longo deste volume e que nos desafiam para a tarefa de repensar o mundo.

Carlos Antonio de Souza Moraes

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL) | |
| Aleteia Hummes Thaines Daniel Luciano Gevehr Dilani Silveira Bassan | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021011 | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E ÍNICIO DO SÉCULO XXI | |
| Aline dos Santos Pimentel Abner Vilhena de Carvalho Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho Jarsen Luis Castro Guimarães | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021012 | |
| CAPÍTULO 3 | 26 |
| UMA COMPARAÇÃO DE POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE ENTRE AS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E ZONA DA MATA | |
| Stela Rodrigues Lopes Gomes Matheus Gomes do Carmo de Souza Alex Eugênio Altrão de Moraes | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021013 | |
| CAPÍTULO 4 | 46 |
| A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO | |
| Daniele do Nascimento Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021014 | |
| CAPÍTULO 5 | 66 |
| FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E “CRISE FISCAL” NA RECESSÃO DE 2015 E 2016: UMA ABORDAGEM NEOCARTALISTA | |
| Luiz Alberto Marques Vieira Filho | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021015 | |
| CAPÍTULO 6 | 88 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS | |
| Priscilla Paola Severo Clovis Gorczewski | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021016 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | 101 |
| ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA /PR, À APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL | |
| Huama Maximo Elizete Conceição Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021017 | |
| CAPÍTULO 8 | 112 |
| UNIÃO HOMOAfetiva: DO PATRIARCALISMO À LEGALIZAÇÃO | |
| Marina Quirino Itaborahy Julie Affoso Novaes Victória Penha de Oliveira Fernanda Lourenço da Silva Gustavo Schaper Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021018 | |
| CAPÍTULO 9 | 126 |
| A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB | |
| Camila Luana Teixeira Freire Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021019 | |
| CAPÍTULO 10 | 137 |
| MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS VALORES CULTURAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO ATRATIVOS PARA ÀS MULHERES | |
| Inácio Ferreira Façanha Neto Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha | |
| DOI 10.22533/at.ed.45520210110 | |
| CAPÍTULO 11 | 151 |
| TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA | |
| Jéssica Pereira Cosmo da Silva Larissa dos Santos Ferreira Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.45520210111 | |
| CAPÍTULO 12 | 162 |
| O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP | |
| Jéssica Pereira Cosmo da Silva Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.45520210112 | |

CAPÍTULO 13 174

COMPLIANCE: ENFRENTAMENTO DAS PATOLOGIAS CORRUPATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS PELA CADEIA PRODUTIVA NO MUNDO DA MODA

Maira Angélica Dal Conte Tonial
Jacson Bacin Vicente

DOI 10.22533/at.ed.45520210113

CAPÍTULO 14 186

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: UM ESTUDO DE CASO

Roberta Clévia Malaquias de Oliveira
Anarita de Souza Salvador
Kátia Gerlânia Soares Batista

DOI 10.22533/at.ed.45520210114

CAPÍTULO 15 196

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Edinilza da Silva Machado Medeiros
Andréia de Oliveira Silva
Carlana Faria Rocha
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

DOI 10.22533/at.ed.45520210115

CAPÍTULO 16 205

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA AO LONGO DA VIDA E NOS ÚLTIMOS 12 MESES: ESTUDO EM UMA MATERNIDADE

Bruna Venturin
Franciéle Marabotti Costa Leite
Dherik Fraga Santos
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Mariana Zoboli Ambrosim
Luíza Eduarda Portes Ribeiro
Jasmine Cristina Soares Xavier
Maria Luiza Cunha Santos
Joyce Ferreira Reis
Solange Drummond Lanna

DOI 10.22533/at.ed.45520210116

CAPÍTULO 17 215

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER

Mayara Alves Luis
Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Karina Rosa Paiva
Tamires Paulo Ceccon
Karina Fardin Fiorotti
Dherik Fraga Santos
Odelle Mourão Alves
Getúlio Sérgio Souza Pinto

DOI 10.22533/at.ed.45520210117

CAPÍTULO 18 225

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO NA VIDA E NO ÚLTIMO ANO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Mayara Alves Luis
Odelle Mourão Alves
Letícia Peisino Buleriano
Sthéfanie da Penha Silva
Gracielle Pampolim
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Fábio Lúcio Tavares

DOI 10.22533/at.ed.45520210118

CAPÍTULO 19 236

QUALIDADE DE VIDA DE ESTOMIZADOS: UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Maurício Almeida
Mauro Lúcio de Oliveira Júnior
Rodrigo Silva Nascimento
Keveenrick Ferreira Costa
Priscila Figueiredo Campos

DOI 10.22533/at.ed.45520210119

CAPÍTULO 20 251

MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA OPÇÃO À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Fernanda Schuhli Bourges

DOI 10.22533/at.ed.45520210120

CAPÍTULO 21 266

GESTÃO ESTRATÉGICA E ORGANIZACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E CERÂMICO

Andrey Teixeira
César Niero
Eduardo de Sousa Gaspar
Eduardo Pavan Rodrigues
Hildebrando da Rocha de Souza Neto
Ian Nunes
Jean Bergmam
João Vitor Correa Bressan
Larissa Pereira
Lucas Buratto
Marcelo Henrique Antonin
Richardy Willian Felisberto

DOI 10.22533/at.ed.45520210121

CAPÍTULO 22 284

GUIA ELETRÔNICO DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA CURITIBA/PR DESCRIPTIVE ELECTRONIC GUIDE OF DUTIES AND ACTIVITIES IN A PUBLIC INSTITUTION CURITIBA/PR

Patricia de Matos

DOI 10.22533/at.ed.45520210122

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 23 | 290 |
| CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE CAPITAL PSICOLÓGICO (<i>PSYCAP</i>) | |
| Valeria Araujo Furtado | |
| DOI 10.22533/at.ed.45520210123 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 309 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 310 |

O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP

Data de aceite: 06/01/2020

Data de submissão: 11/10/2019

Jéssica Pereira Cosmo da Silva

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – PB

<http://lattes.cnpq.br/8298494948726143>

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – PB

<http://lattes.cnpq.br/0411097768343762>

RESUMO: O presente estudo objetiva analisar criticamente as atuais condições de trabalho em tempo da nova organização do trabalho, marcada pela acumulação flexível e o consequente processo de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo da Indústria atendidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST) na cidade de João Pessoa/PB, no período de 2014 e 2017. O presente processo investigativo, fundamenta-se teórica e metodologicamente na perspectiva do materialismo histórico dialético marxista. Metodologicamente, tipifica-se como uma pesquisa documental de caráter analítico, crítico e comparativo dos dados de 100 fichas cadastrais dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP. Os resultados

evidenciaram que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras fabris são sexo feminino (66%), com idade entre 31 a 50 anos (84%), inseridos predominantemente nos ramos calçadista (26%) e têxtil (20%).

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Nova Organização. Adoecimento.

WORKERS 'AND MANUFACTURERS' ADOPTION IN TIME OF A NEW ORGANIZATION OF WORK: AN ANALYSIS FROM CEREST USERS / JP

ABSTRACT: This study aims to critically analyze the current working conditions in time of the new work organization, marked by the flexible accumulation and the consequent process of sickness of the workers of the Industry branch attended at the Regional Reference Center on Worker Health (CEREST) in the city of João Pessoa / PB, in the period of 2014 and 2017. The present investigative process, is based theoretically and methodologically from the perspective of Marxist dialectical historical materialism. Methodologically, it is typified as a documentary research of an analytical, critical and comparative character of the data of 100 cadastre records of the workers attending the CEREST / JP. The results showed that the majority of factory workers are female (66%),

aged between 31 and 50 years (84%), predominantly in the footwear (26%) and textile (20%) branches.

KEYWORDS: Work. New Organization. Sickness.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo investigativo analisa a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a partir da categoria central o trabalho na nova organização, discutida à luz do processo de acumulação flexível e o conseqüente adoecimento da classe trabalhadora.

A proposta deste estudo decorreu do processo investigativo realizado na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (2015) que analisou as conseqüências das atuais transformações no mundo do trabalho sob a perspectiva do trabalho multifuncional, que incidem sobre os agravos à saúde do trabalhador e o comprometimento para o exercício do labor. Deriva da realização dos Estágios Supervisionados I e II, desenvolvidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador – CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador)/ João Pessoa, junto ao Núcleo de Acolhimento e Assistência.

Com o interesse investigativo de aprofundar e ampliar as análises em torno da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, optou-se em estudar a Nova Organização do Trabalho em torno de algumas categorias estratégicas de superexploração que compõem o Modelo de Organização Toyotista, a saber: a precarização, flexibilização, terceirização e multifuncionalidade do trabalho, e como esse atual processo de trabalho tem refletido negativamente na saúde da classe trabalhadora, ao provocar o adoecimento, com o comprometimento da capacidade laboral.

As atuais transformações no mundo do trabalho, que serão discutidas na construção deste estudo, decorrem da crise dos anos de 1970 que, conforme afirmam alguns autores, trata-se de uma crise sistêmica (NETTO, 2012), uma crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2009), pois afeta a totalidade do MPC que atinge desde o âmbito econômico, perpassando o político e social, além da destrutividade da natureza.

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. [...] esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÉSZÁROS, 2009, p.13)

Suas respectivas respostas, como a reestruturação produtiva sob a égide da acumulação flexível, associada ao avanço tecnológico, com a eclosão da Terceira Revolução Industrial, a financeirização do capital e o aparato ideológico neoliberal determinam as bases do controle social, político e econômico do capitalismo

contemporâneo.

2 | O MUNDO DO TRABALHO EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO

No decorrer dos anos de 1970 e 1980, o capital desencadeou um processo de reestruturação econômica combinado de reajustes políticos e sociais, enquanto estratégias de recuperação do seu processo produtivo, enfraquecido pela crise do capitalismo de 1973. Como explanado neste estudo, esse período foi marcado pela crise do modelo de organização e acumulação taylorista-fordista, levando o sistema capitalista à adoção de um novo modelo de Organização de Trabalho, reestruturando o processo de acumulação de capital – o Toyotismo.

O que denominamos de toyotismo implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o just-in-time/kanban ou o kaizen, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento prático do operário ou empregado. (ALVES, 2007, p.158).

As mudanças no mundo de trabalho em curso, que se instalaram desde a crise fordista da década de 1970 e com o advento das inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, que se intensificaram com a crise de 2007/2008 a partir do setor imobiliário nos Estados Unidos, referem-se à flexibilização dos vínculos empregatícios, relações contratuais e jornada de trabalho; à precarização da saúde dos trabalhadores; à agudização do processo de alienação das relações sociais, à ofensiva aos direitos trabalhistas e à organização política (sindical) dos trabalhadores. Nesse sentido,

[...] a precarização das formas de organização do trabalho traduz as condições sócio-históricas atuais de reprodução do capital, fundamentado em uma organização mais complexa e flexível, substancial ao novo padrão de acumulação, no qual a força de trabalho, apesar de necessária ao capital, é por ela mesma desvalorizada e colocada em condições para que possa ser explorada ao máximo. (MARONEZE, 2011, p. 07)

Embora o trabalho precarizado seja um processo inerente ao modo de produção capitalista, cabe evidenciar que “[...] com o novo modelo de reorganização do capital, assumem uma forma mais ofensiva, principalmente com a retomada do pensamento neoliberal que prega o desmantelamento da legislação social e de políticas voltadas à defesa e proteção social do trabalhador.” (MARONEZE, 2011, p. 05)

A lógica flexibilizante se verifica, sobretudo, na jornada de trabalho, no tempo da produção (necessária e excedente) de valor. O tempo de trabalho é fator condicionante para o processo de acumulação do capital. A lei absoluta do

MPC é a busca pelo valor excedente produzido pela força de trabalho, cujo valor é extraído durante a jornada de trabalho, o mais-trabalho não pago que fundamenta a exploração do trabalho.

As formas como são organizadas as jornadas de trabalho dependem da necessidade do acúmulo do capital, de como o capitalismo organiza as formas de extrair o mais-valor. Rígida ou flexível o trabalhador é condicionado à exploração, mas, a “[...] distribuição flexível até mais do que a rígida, exerce um efeito de fetiche, no qual o trabalho não parece estar presente e o valor tem todo chame de uma criação do nada.” (DAL ROSSO, 2017, p.104)

A redução da jornada de trabalho na lógica da acumulação flexível significa a intensificação do processo de trabalho, “[...] a intensificação laboral ocorre em razão inversa a jornada de trabalho. Quanto mais longa ela for, menor a rapidez de trabalho; quanto menor ela for, maior a aceleração”. (DAL ROSSO, 2017, p.106) Trata-se de flexibilizar a jornada de trabalho para garantir maior produtividade em um curto espaço de tempo. Ademais, a criação do mais-valor relativo, na realidade atual conta com o grande avanço tecnológico, e da colocação do trabalhador operador de mais de uma máquina (DAL ROSSO, 2017), de forma que associado a horários flexíveis resulta em maior quantidade de trabalho – a superexploração do processo de trabalho sob a égide da reestruturação produtiva.

Decerto, o mundo do trabalho sob a nova organização comandada pela lógica produtiva que exige flexibilidade em todos os níveis, institui uma intensificação da exploração com altos níveis de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões, desde o tempo do trabalho a um cenário do processo produtivo caracterizado pela informalidade, contrato temporário, intensificação do ritmo de trabalho, aumento da taxa de desemprego, competitividade, rotatividade e multifuncionalidade no processo de trabalho.

O trabalho informal não é um fenômeno novo, porém o processo de inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, bem como o processo de reestruturação produtiva, o evidencia como tendência no atual mundo do trabalho, “[...] fica mais fácil negar a produtividade de certos trabalhos realizados informalmente, mas diretamente articulados à produção capitalista. Essa forma de organizar a produção, ao mesmo tempo fragmenta o trabalho e obriga-o a assumir a condição que aparenta”. (TAVARES, 2002, p. 50)

A informalidade do trabalho apresenta-se como uma resposta ao crescimento do desemprego estrutural, enquanto demanda do próprio processo de reestruturação produtiva. Nesse sentido, “[...] é a própria estrutura capitalista que imprime esse caráter, pelo qual se explica a expansão do trabalho informal e o modo como parte dele, mediada pelos processos de terceirização, se articula diretamente ao capital”. (TAVARES, 2002, p. 51)

Revela-se também como um fenômeno que garante a “autonomia” do trabalhador com relação ao processo de trabalho no Modo de Produção Capitalista, porém, traduz como uma estratégia de exploração, pois além de negar o a produtividade, destitui o trabalhador dos direitos trabalhistas, como o assalariamento formal, configurando-se como um processo de precariedade das condições de trabalho, descaracterizando o processo de assalariamento.

Enquanto consequências para a classe trabalhadora com essa nova forma de organização do trabalho, outra tendência da dinâmica da acumulação flexível, que fortalece a precariedade do trabalho, é a Terceirização. De acordo com Antunes e Druck (2013, p. 16), “[...] ela institui um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as suas dimensões.”

O trabalho terceirizado tende a precarizar o processo de trabalho, uma vez que nessa forma de contratação tem-se a redução do salário, a rotatividade dos trabalhadores, a intensificação do processo de trabalho, o aumento dos riscos de acidente de trabalho, além da redução ou negação dos benefícios. Segundo Antunes e Druck (2013, p. 220), essas novas formas de organização de trabalho,

[...] se evidencia(m), através da terceirização, condições de trabalho e salariais que definem trabalhadores de primeira e segunda categorias, como porta para o trabalho análogo ao de escravo, e em que a discriminação se dá não apenas por parte da empresa contratante, mas também entre os próprios trabalhadores contratados diretamente e os chamados “terceiros”, cuja denominação já revela a distinção ou a condição aparte, de fora, externa.

Com relação à realidade brasileira, o país encontra-se em um grande debate em torno do Projeto de Lei nº 4.330 de 2004 (agora PL 4.302/98), de autoria do deputado Sandro Mabel, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. “Art. 1º Esta Lei regula o contrato de prestação de serviço e as relações de trabalho dele decorrentes, quando o prestador for sociedade empresária que contrate empregados ou subcontrate outra empresa para a execução do serviço”. (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2004, p. 1).

Compreendida como um ameaça aos direitos trabalhistas, essa Lei significa para o trabalhador o desmonte dos seus direitos trabalhistas, reconhecidos constitucionalmente, uma vez que libera a terceirização para a atividade-fim - o que não era permitido – ou seja, a sua regulamentação reflete negativamente nos salários dos trabalhadores que passarão a trabalhar mais, pautados na flexibilização, e ganhar menos, já que cada empresa irá retirar seu lucro. Outros impactos que recaem nas condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados, referem-se aos serviços de refeições e ambulatoriais, que com a nova Lei de Terceirização, as empresas contratantes não são obrigadas a dispor de refeitórios e nem de serviços médicos aos trabalhadores terceirizados.

Outro fenômeno que imputa precarização ao processo de trabalho é a introdução do trabalhador multifuncional ou polivalente. De acordo com Dal Rosso (2017, p.117), “[...] a característica mais marcante do Toyotismo, e que o diferencia dos sistemas rígidos, é a aplicação prática do princípio da polivalência, pelo qual o trabalhador é flexível para realizar simultaneamente mais de uma tarefa.”

O trabalhador multifuncional é aquele que desempenha múltiplas funções, relativas à sua área de trabalho ou não; o trabalhador multifuncional não fica alocado em um posto de trabalho específico, já que o seu método de trabalho está baseado na polivalência e na rotação de tarefas.

Nesse entendimento, o trabalhador multifuncional garante a empresa não só o aumento da produtividade, mas a eficiência da mesma, além de diminuir o número de trabalhadores contratados formalmente e os custos gerados pelo salário.

Em contrapartida, o exercício da multifuncionalidade exige do trabalhador um ritmo de trabalho mais intenso, muita pressão mental e física, dentre outras consequências, o que acarreta grandes riscos e danos à saúde. Afora esses influxos na saúde do trabalhador, cita-se ainda a instabilidade da garantia de direitos, tendo em vista os desvios de funções, sem aparatos legais que protejam o trabalhador na busca da garantia dos direitos trabalhistas. A multifuncionalidade do trabalho, segundo Antunes (2002), desespecializa o trabalhador qualificado, a fim de intensificar o processo de trabalho e diminuir o controle produtivo que tinha o trabalhador qualificado no ciclo da produção.

Ademais, a multifuncionalidade do trabalho conforma-se como uma categoria da superexploração do trabalho inerente ao modo de produção capitalista, em que há um aumento do ritmo do trabalho, e o conseqüente aumento da produtividade e o rebaixamento salarial.

O conjunto atual das mudanças no mundo do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, que vem sendo analisado no decorrer deste estudo, tem penalizado significativamente a classe trabalhadora que se submete ainda mais às condições de exploração do sistema capitalista, com seus direitos negados e destituídos, além da ineficiência do sistema de proteção social que minimize os efeitos das condições precárias de trabalho e de vida, as quais os trabalhadores estão submetidos atualmente. Nesse sentido, o processo de flexibilização acarreta consequências desde os direitos dos trabalhadores à sua forma de organização enquanto classe.

Conforme discutido, as implicações das mudanças no mundo do trabalho pautadas na flexibilização, terceirização, informalidade e polivalência refletem diretamente na saúde do trabalhador, que passa a ter sua capacidade laboral comprometida ao se inserir em condições precárias de trabalho. Ao adoecerem, os trabalhadores tornam-se disfuncionais ao mercado de trabalho, pois, conforme Abramides e Cabral afirmam (2003, p. 07), “[...] a força de trabalho, considerada

mercadoria básica no processo de produção capitalista, é requerida pelo mercado, mas lhe é exigido ter a saúde necessária para executar um processo de trabalho[...]”, e é consumida até o seu total desgaste

2.1 As condições de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP

Passa-se a analisar criticamente como as atuais transformações no mundo do trabalho sob a Nova Organização do Trabalho, marcada pelo trabalho precário, flexível, terceirizado e polivalente têm incidido negativamente na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a partir da análise das condições de trabalho e o processo de adoecimento de 100 (cem) trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP, em 2017 e 2014. Cabe registrar que a pesquisa tem caráter comparativo entre 2014 e 2017, sendo 50 (cinquenta) Fichas correspondentes a 2014 e 50 (cinquenta) a 2017.

Com relação ao perfil dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, o gráfico abaixo indica uma significativa diferença percentual do sexo feminino nas duas pesquisas que pode ser explicada pelo aumento da figura feminina no mercado de trabalho. Os resultados da pesquisa de 2017 demonstraram a predominância do sexo feminino com 66% (33).

Em 2014, os resultados da pesquisa realizada no CEREST/JP despontaram também que dentre as 50 (cinquenta) fichas cadastrais do trabalhador de diversos ramos produtivos, 28 (56%) eram do sexo feminino.

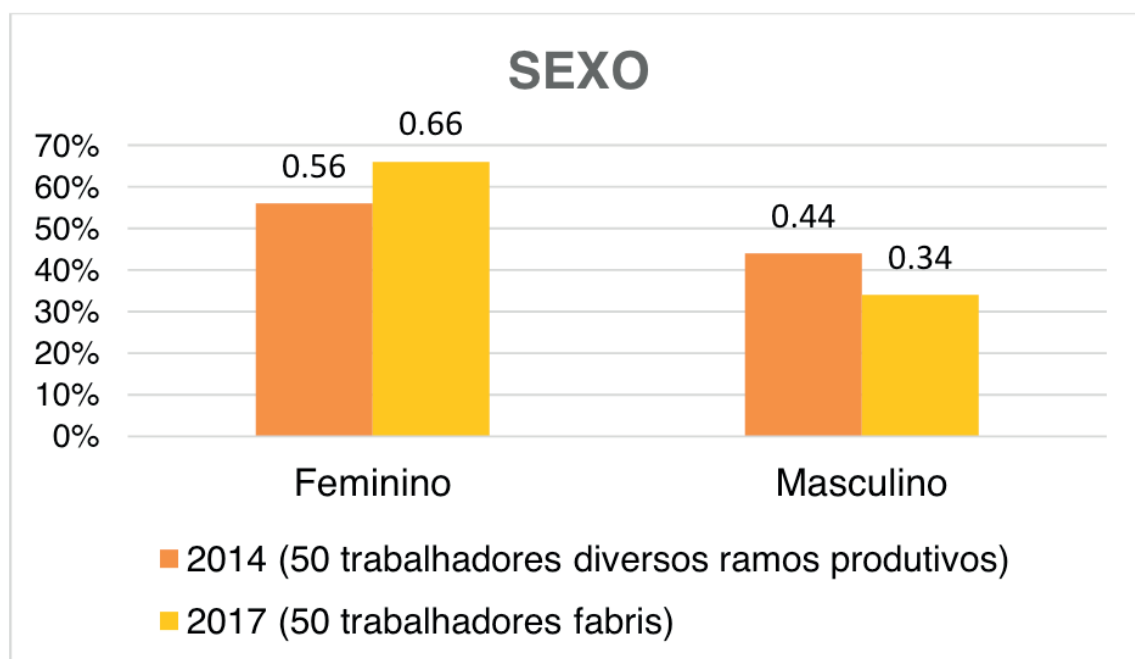


Gráfico 01- Sexo dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST.

João Pessoa, 2014/2017. N=100.

Fonte: CEREST/SMSJP

O aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho é motivado tanto pela realização profissional, ou mesmo a necessidade em assumir a responsabilidade, enquanto chefes de família, quanto pelo interesse do capital que se dá pela apropriação das habilidades para algumas funções no ciclo produtivo em que as mulheres desempenham com mais facilidades que os homens.

Por se tratarem de trabalhadores e trabalhadoras fabris, atendidos no CEREST/JP, portanto, trabalhadores adoecidos. Os dados desse perfil indicam que a frequência de ocorrências do processo de adoecimento é maior entre as mulheres. Esse quadro deriva, principalmente, da dupla jornada de trabalho feminino, na qual as mulheres exercem atividades laborais dentro e fora do lar.

No que se refere a estratificação por faixa etária dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, nos dados referentes à pesquisa de 2017 expressam que a maioria (84%) dos trabalhadores e trabalhadoras fabris têm entre 31 e 50 anos de idade.

Os resultados da pesquisa de 2014 expressam também que o perfil etário da maioria (72%) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP tinha entre 31 e 50 anos. Verifica-se, portanto, que predominante os trabalhadores e trabalhadoras atendidos no referido Centro entre 2014 a 2017 possuem entre 31 a 50 anos de idade.

Quanto à relação empregatícia dos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP no mercado de trabalho assinala a predominância dos empregados, com 84% em 2017 e 80% em 2014. Por outro lado, os dados da pesquisa de 2017 sinalizam que 16% dos trabalhadores e trabalhadoras fabris encontram-se desempregados. Na pesquisa de 2014, 18% estavam desempregados.

A maioria das funções realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras fabris atendidos no CEREST/JP relaciona-se com o ramo industrial calçadista, uma vez que 26% vincula-se a uma empresa da indústria de calçados da Paraíba; seguidos do ramo têxtil (20%), além dos ramos alimentícios (14%) e cerâmicas (6%), entre outros ramos das indústrias paraibanas.

No que tange a renda mensal dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP os dados indicaram que 76% (2017) e 70% (2014) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP recebem o valor de 1 (um) salário mínimo.

O fato de a renda mensal dos trabalhadores e trabalhadoras ser em torno de 1 salário mínimo mostra o quanto é precário o salário pago a esses trabalhadores, que exercem funções laborais diretamente relacionadas à criação do valor excedente, realizam atividades com maquinaria pesada e responsáveis pelo aumento da produtividade e garantia da qualidade total dos produtos. É uma renda mensal

destinada a manutenção das suas condições de vida, e, por vezes, a única renda para o sustento familiar.

Com relação à carga horária, os resultados atestaram que, em 2017, a maioria (72%) dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP trabalha entre 44 e 48 horas. Na pesquisa realizada em 2014 os resultados confirmaram que a maioria (88%) dos trabalhadores usuários do CEREST/JP trabalhavam entre 40 e 48 horas.

A jornada de trabalho, especificamente do trabalhador do chão de fábrica, mostra diante dos resultados uma jornada intensa, ao considerar as funções realizadas e o setor produtivo que evidencia um alto grau de produtividade. São mais que 8 horas diárias, um tempo de dedicação integral, exclusiva aos postos de trabalho. Esse contexto de horas trabalhadas duplica em relação à realidade do trabalho feminino que, conforme se demonstrou neste estudo, as mulheres executam atividades dentro e fora do lar, dentro e fora do espaço produtivo, mas garante fora dele também a reprodução de força de trabalho no âmbito familiar.

Os dados das pesquisas de 2014-2017 também revelaram que os trabalhadores fabris atendidos no CEREST/JP se encontram submetidos a precárias condições de trabalho, submetidos à insalubridade, expostos a agentes danosos à saúde. São trabalhadores e trabalhadoras submetidos durante a execução do labor, à intensificação do trabalho (88%), esforços físicos com levantamento de pesos e em posições inadequadas, além do trabalho repetitivo (90%) e trabalhos multifuncionais (62%).

Sobre o processo de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP, elenca-se, a seguir, um quadro com os tipos de agravos à saúde mais frequentes.

Os agravos pertinentes ao grupo CID-10 das Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, as Lesões do ombro (CID-10 M75.0 – M75.9) atingiram a maioria dos trabalhadores fabris usuários do Centro, caracterizando o agravo mais incidente entre os trabalhadores.

| AGRAVOS À SAÚDE | CID-10 |
|---|---------------|
| Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo | M00-M99 |
| Doenças do sistema nervoso | G00-G99 |
| Doenças do aparelho respiratório | J00-J99 |
| Acidentes no Trabalho | --- |

Quadro 01- Tipologia dos agravos/doenças segundo os trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP. João Pessoa, 2014/2017.

Fonte: CEREST/SMSJP

As Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjunção são agravos que relacionam com as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras inseridos em um contexto de transformações no mundo do trabalho, com inserção de novas tecnologias e nova organização do trabalho que submetem os trabalhadores a execução de movimentos repetitivos, ritmos intensos, esforços pesados, em posições inadequadas, favorecendo o desencadeamento do processo de adoecimento. (SILVA, 2014)

São agravos que, em 2017, levaram ao afastamento de 74% dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos no CEREST/JP; no ano de 2014, devido aos agravos, 82% afirmaram estar afastados do exercício laboral.

O afastamento é a materialidade do esgotamento laboral dos trabalhadores e das trabalhadoras. Demonstra que o adoecimento que acometeu não é um processo reestabelecido do dia para a noite. É o desgaste que se intensifica a cada jornada de trabalho, a cada rotina diária de esforços que comprometem cada vez a capacidade laboral, impossibilitando o trabalhador de exercer sua rotina de trabalho.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precariedade do trabalho na égide da acumulação flexível tem propiciado à classe trabalhadora, especificamente aos trabalhadores fabris, o desencadeamento de doenças que comprometem a capacidade laboral, haja vista que os agravos desenvolvidos a partir das condições precárias, são por vezes irreversíveis à saúde do trabalhador.

O adoecimento laboral é expressão, no plano da singularidade humana, do processo de desefetivação do ser genérico do homem, que, nas condições da crise estrutural do capital, assume dimensão ampla e intensificada com a superexploração da força de trabalho. (ALVES *apud* PRAUN, 2016, p.130)

A pesquisa confirmou que o processo do adoecimento se relaciona com o precário, flexibilizante e polivalente processo de trabalho, pois de acordo com os resultados, os tipos de agravos mais evidentes entre os trabalhadores trabalhadoras foram as LER/DORT que, conforme aludido neste estudo, têm como condicionantes o trabalho repetitivo realizado pela maioria, desenvolvido de forma predominante sob ritmo intenso. Ademais, as condições precárias, polivalentes e multifuncionais de trabalho e o conseqüente processo de adoecimento levaram ao afastamento de 74% dos trabalhadores e trabalhadoras fabris.

Os trabalhadores e trabalhadoras fabris enfrentam a descartabilidade e substituição da sua força de trabalho por estarem adoecidos, cujos agravos foram

acometidos durante o exercício laboral. O presente estudo observou ainda o desmantelamento dos direitos trabalhistas, com o advento das reformas trabalhistas e as estratégias da nova organização do trabalho que denegam a CLT e a negação do direito à saúde com o desencandeamento de agravos relacionados ao trabalho

Diante desse contexto, a luta de classes torna-se imprescindível para barrar as ameaças às condições de trabalho e vida dos trabalhadores, oriunda de um projeto de acumulação destrutivo sem precedentes, cujos enfrentamentos desdobram-se na busca pela intervenção estatal no trato das desigualdades sociais elevadas a um patamar mais alto no contexto atual. No campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora necessita ampliar as ações e disseminações voltadas a preservação e garantir a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras; pautar as reivindicações na efetivação dos direitos ao trabalho e a saúde; o fortalecimento do sindicalismo e a busca pelo reconhecimento da condição de humanidade, do ser de cada trabalhador que foi reduzido a mercadoria.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **Regime de Acumulação Flexível e Saúde do Trabalhador**. São Paulo, 2003.

ALVES, Giovanni. **As Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaio da Sociologia do Trabalho. 2ª Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. O Fardo mórbido do tempo histórico do capital global. *In*: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.). **Saúde do trabalhador e da trabalhadora e Serviço Social**: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. Campinas: Papel Social, 2016. p. 13-15

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A Terceirização como regra? *In*: **Revista TST**. Brasília, vol. 79, nº 4, out/dez 2013.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.330 de 2004**. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

DAL ROSSO, Sadi. **O Ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti. **O Trabalho Docente na Perspectiva das Organizações Internacionais - Banco Mundial, UNESCO e CEPAL**: uma análise das recomendações e das tendências a precarização do trabalho. Disponível em: <congressoalast.com/wp-content/uploads/2013/08/182.pdf>

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009, p.14 -16

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.p. 221-230.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. (Arquivo PDF)

SILVA. Kleber José. **Saúde, Trabalho e Direito Social**: uma análise a partir dos usuários do centro regional de referência em saúde do trabalhador – João pessoa/PB. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: 2014. UFPB.

TAVARES. Maria Augusta. **Trabalho informal**: os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2004.p.50-60.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acm Neto 46, 65

Administração pública 27, 34, 179, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 284, 285, 292, 297, 298, 306

Amazônia legal 14, 16, 20, 23, 24, 25

B

Bibliometria 290

C

Capital psicológico 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 306, 307, 308

Ciências sociais aplicadas 88, 266, 267

Comportamento organizacional positivo 290, 291, 293, 294, 300, 306

Comunicação 10, 111, 159, 214, 217, 255, 259, 265, 284, 285, 286, 288, 289

Consenso 52, 54, 71, 251, 255, 256, 259, 261, 263

Crescimento 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 59, 67, 68, 69, 73, 143, 148, 165, 224, 268, 274, 276, 277, 289, 307

D

Delitos sexuais 215

Desenvolvimento 1, 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33, 37, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 69, 72, 86, 89, 95, 97, 98, 99, 101, 128, 141, 147, 148, 154, 158, 174, 176, 177, 180, 184, 185, 188, 196, 206, 226, 234, 240, 251, 265, 271, 274, 281, 282, 287, 291, 292, 293, 294, 295, 306

Desigualdade 5, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 128, 129, 131, 134, 210, 211, 222, 231

Direito penal e violência obstétrica 197, 198

Direitos das mulheres 197, 198

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 43, 46, 49, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 91, 95, 99, 100, 109, 111, 130, 133, 134, 140, 146, 149, 184, 195, 212, 214, 221, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 249, 251, 283, 290, 303, 306

Eficiência 9, 30, 35, 39, 43, 49, 167, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272

Empresas atrativas 137

Enfrentamento da pobreza 46, 48

Engenharia de produção 266, 267, 282

Epidemiologia 196, 205, 206, 213, 215, 223, 225, 234

Estomizados 236, 237, 238, 240, 242, 245, 246, 248, 249

Estratégia 25, 52, 53, 55, 64, 83, 166, 184, 223, 231, 234, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 280, 281, 282

Exercício profiíssional 186

G

Gestão e mapeamento de processos 284

Guia descritivo de atividades 284

I

Industria cerâmica 267

L

Legalização 112, 113, 119, 122, 123

Longevidade 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24

M

Maus-tratos conjugais 205, 215, 226

Mediação 189, 251, 252, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 265

Mercado financeiro 267, 273, 275

Mulheres no mercado de trabalho 137, 140, 143

N

Negação de direitos 135, 151

O

Organizacional 49, 137, 138, 141, 142, 146, 148, 149, 150, 155, 266, 267, 271, 272, 273, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 300, 303, 306, 307

Ostomia 236, 239, 249, 250

P

Participação 9, 26, 27, 34, 49, 91, 92, 110, 138, 140, 156, 184, 185, 217, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 272, 280, 281, 286

Patriarcalismo 112

Pesquisa qualitativa 53, 102, 143, 236, 240, 249, 272, 283

Pobreza 16, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 129, 133, 135, 136, 237

Política da saúde 186

Precarização do trabalho 151, 153, 172

Psicologia positiva 290, 291, 293, 294, 307

Psycap 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Q

Qualidade de vida 15, 17, 18, 32, 138, 146, 197, 211, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 292

R

Renda 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 62, 63, 73, 79, 92, 134, 169, 170, 216

S

Saúde do trabalhador 151, 152, 153, 154, 157, 162, 163, 167, 168, 171, 172, 173

Serviço social 64, 126, 127, 136, 152, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 214, 309

U

União homoafetiva 112, 113, 114, 115, 117, 124, 125

V

Valores culturais 137, 138, 139, 141, 142, 144, 146, 148

Violência 95, 131, 134, 135, 136, 178, 182, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Violência contra a mulher 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 232, 233, 234, 235

Violência de gênero 131, 197, 212, 213, 215, 219, 220, 222, 223, 226, 233, 234

Violência doméstica 206, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 226, 230, 231, 233, 234, 235

Violência no parto 197, 198, 204

Violência obstétrica 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Violência por parceiro íntimo 205, 210, 214, 226, 231, 233, 235

 **Atena**
Editora

2 0 2 0